

As eleições de 2016 no estado de São Paulo e o eixo direita-esquerda

The 2016 elections in Sao Paulo state and the axis right-left

Jean Lucas Macedo Fernandes¹

Resumo: O objetivo do artigo é realizar um balanço das eleições municipais de 2016 no estado de São Paulo à luz dos partidos em um *continuum* ideológico direita-esquerda. Defendemos a importância de realizarmos distinções ideológicas entre as agremiações como forma de compreendermos diferentes dinâmicas e padrões de atuação pelos municípios paulistas. Os dados apontam que o cenário político-partidário em São Paulo, no pleito de 2016, seguiu competitivo e altamente fragmentado, como já indicavam Meneguello e Bizzarro Neto (2012). Isso refletiu no desempenho dos partidos, sobretudo os de esquerda: o PT sofreu uma perda significativa de espaço político e, em menor escala, o PDT; já o PSB ampliou sua inserção no contexto paulista, em grande medida, graças a mudanças estratégicas. Já o centro e a direita permaneceram hegemônicos, abrindo espaço inclusive para as novas e as pequenas legendas. Nesse sentido, as eleições paulistas seguem ampliando a inserção das agremiações pelos municípios, bem como consolidando forças historicamente enraizadas no estado – sobretudo aquelas que tendem ao centro e à direita do espectro ideológico.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Partidos Políticos; São Paulo.

Abstract: The aim of this article is to explore some data of 2016 local elections in Sao Paulo state, putting the parties in an ideological right-left *continuum*. We argue that ideological distinctions are important, in terms of comprehension of political patterns and dynamics through the cities. The data point to a competitive and high fragmented scenario in Sao Paulo, as previously detected by Meneguello and Bizzarro Neto (2012). It reflected in the performance of the parties, specially the left ones: the PT lost a lot of political space and the same happened with PDT, but not with the same significance; meanwhile, PSB extended his size, due to some strategical changes. The center and right parties stayed dominants, and included

¹ Doutorando em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello. E-mail: jeanlucasmf@gmail.com. Agradeço aos pareceristas pelos comentários e sugestões, que ajudaram a dar maior clareza ao trabalho.

new and small parties in these groups. In this sense, the elections in Sao Paulo continue to expand the presence of parties through the cities, as well as consolidating forces that are historically rooted at the region – specially the center and right ones.

Keywords: Municipal Elections; Political Parties; Sao Paulo.

1. Introdução

Sob a ótica do pluripartidarismo e do contexto democrático, as eleições municipais no Brasil vêm ocorrendo, periodicamente, desde 1982. Naquele ano, o processo eleitoral se encarregou de escolher não apenas prefeitos e vereadores, mas também governadores e deputados, tornando-se, então, um momento chave em meio à redemocratização (FLEICHER, 1988). De lá para cá, a relativa estabilidade das forças partidárias, sobretudo a partir de 1994, resultou na realização de eleições periódicas e regulares, possibilitando a estruturação e a difusão territorial dos partidos pelo país (BRAGA, 2006; FERREIRA, BATISTA E STABILE, 2008; BRAGA E PIMENTEL JÚNIOR, 2013).

Os municípios, em grande medida, são parte fundamental deste processo. Vasquez (2016) demonstra que as eleições locais são um motor essencial para as estratégias partidárias, fazendo com os que os partidos consigam se inserir em boa parte do território nacional. Ou seja, muitos partidos procuram se estabelecer no nível municipal, como forma de se apresentarem para o eleitorado e, assim, coordenarem a estrutura da eleição local - que tem se tornado, de fato, competitiva² (VASQUEZ, 2016). Consequentemente, em meio a este cenário de crescimento da competição, o lançamento de candidaturas tem se ampliado nos municípios, assim como o número efetivo de partidos, dando margem para o surgimento de novas forças políticas (KRAUSE et al, 2016). Nesse sentido, as formas tradicionais do fazer político nos chamados “grotões” têm sido eliminadas

² De acordo com Vasquez (2016, p. 121), as eleições municipais têm cumprido os requisitos mínimos para que haja competição. Há, pelo menos, dois partidos que oferecem candidatos para a disputa das prefeituras: por exemplo, municípios com candidatos únicos não chegam a 3%, em nenhum pleito analisado entre 1996 e 2012. E quando ocorrem estes casos, eles se dão em municípios com pequenos colégios eleitorais – na maioria deles, com menos de 6000 eleitores. Para outros argumentos nesse sentido, cf. Vasquez (2016).

(PEIXOTO E GOULART, 2014). A alternância de poder e a inserção de novos partidos têm contribuído para a redução do vínculo pessoal entre o eleitorado e as lideranças locais³ (KERBAUY, 2000).

O caso de São Paulo evidencia esta linha de argumentação. Kerbauy (2000) demonstra que o contexto paulista acolheu, de forma significativa, a competição eleitoral via partidos políticos, comprometendo as relações clientelísticas locais. Isso resultou na “morte dos ‘coroneis’”, que precisaram se adaptar à lógica partidária, sobretudo a partir do retorno ao pluripartidarismo, como forma de sobreviverem no cenário político-eleitoral. O clientelismo, enquanto prática política, permaneceu, mas agora atrelado ao jogo partidário competitivo e aos diversos atores em disputa nos municípios⁴.

Contudo, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) apontam que, ainda que a competitividade eleitoral em São Paulo seja elevada, apenas alguns partidos são capazes de estruturar o voto e, assim, se tornam relevantes para a dinâmica política no estado. Para os autores, o sistema partidário paulista se organizou a partir de dois eixos após 1994. Por um lado, a replicação da lógica de disputa nacional, com uma divisão de preferências entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na medida em que ambos os partidos tem parte significativa de suas origens e bases eleitorais em São Paulo. Isso faz com que PT e PSDB sejam protagonistas tanto nas disputas estaduais quanto nos grandes centros urbanos do estado. Por outro lado, o efeito estruturador da política a partir dessas duas agremiações é complementado pela preferência do eleitorado pelos principais partidos que se organizaram desde os anos 1980⁵. Assim, “*são poucas as agremiações que estruturam o voto e que*

³ Quando se trata do tema da política local, é inevitável não fazer menção ao estudo clássico de Leal (2012[1948]), a respeito do coronelismo e das formas de mando tradicional. Estudos mais recentes que procuram atualizar estes conceitos e debatê-los podem ser encontrados em Kerbauy (2000), Rocha e Kerbauy (2014), Almeida e Lopez (2014) e Soares, Terron e Alkmim (2016).

⁴ Nas palavras da autora: “permanece o clientelismo, como forma de controle social, para reduzir as pressões grupais, que se configuram, em muitos casos, em situações de conflito” (Kerbauy, 2000, p. 144).

⁵ Além de PT e PSDB, Meneguello e Bizzarro Neto (2012) destacam os casos do: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Democrático Social (PDS), atual Partido Progressista (PP).

constituem, ao longo do tempo, espaços de tendências e redutos resistentes à alta fragmentação que o estado possibilita” (MENEGUELLO E BIZARRO NETO, 2012, p. 121).

Tais agremiações, como serão apontadas ao longo do artigo, representam diversas partes do espectro ideológico, fazendo com que São Paulo seja um terreno de acolhimento tanto de partidos à esquerda quanto à direita. A escolha de São Paulo como objeto de estudo se justifica, em grande medida, por essa pluralidade: trata-se de um estado que consegue abrigar as bases organizacionais de todos os partidos de nosso sistema. A utilização do *continuum* direita-esquerda nos auxilia neste processo de compreensão da dinâmica das legendas. Além disso, o terreno de alta competitividade e fragmentação nos permite observar como as agremiações reagem e atuam sobre este cenário diverso.

Há um senso comum no Brasil que desconsidera as diferenciações entre as legendas, colocando que todos os partidos teriam poucas variações ideológicas entre si. No entanto, argumento que a díade direita-esquerda é um recurso fundamental para apontarmos semelhanças e diferenças, bem como tendências, entre os atores partidários. Assim, pretende-se testar como o comportamento partidário tem se dado em nível local, à luz de distinções ideológicas, e se tais distinções são capazes de organizar a competição no estado.

Tendo por base estas considerações, o artigo se encontra estruturado em quatro partes, além desta introdução. Primeiramente, é feito um breve levantamento acerca do contexto social e econômico paulista, como forma de ilustrar o ambiente estudado e a importância do estado no cenário nacional. Na sequência, apresento algumas considerações sobre a utilização do eixo ideológico como forma de análise, bem como os critérios estabelecidos para diferenciar os partidos. Depois, apresento e analiso os dados sobre o pleito de 2016 no estado – serão observados os lançamentos de candidaturas e as proporções de cadeiras conquistadas pelos partidos e blocos ideológicos, tanto para prefeito quanto para vereador. Por fim, uma conclusão sistematiza os principais achados.

2. O contexto paulista

As eleições de 2016 no estado de São Paulo e o eixo direita-esquerda | Jean Lucas Macedo Fernandes | 114 - 147

Em termos econômicos, São Paulo é o estado mais industrializado e urbanizado, o que o coloca como principal centro financeiro do país. A tabela 1 oferece uma dimensão desta afirmativa ao comparar a concentração de estabelecimentos industriais⁶ e empregos ocupados⁷ do estado em relação ao país em um todo. Em média, cerca de 32% dos estabelecimentos industriais e 39% dos empregos ocupados estiveram concentrados em São Paulo, ao longo de todo o século XX. Nota-se, pois, que se trata de um estado com peso elevado na estrutura produtiva e de desenvolvimento econômico do Brasil.

O processo de industrialização é tão marcante na região que se espalhou inclusive entre os pequenos municípios do interior, que apresentam um papel industrial importante (SILVA, 2015) no conjunto do estado. São Paulo começou a apresentar um intenso processo de reestruturação produtiva e desconcentração industrial a partir dos anos 1970 (BAENINGER, 2004; CANO, 2007), resultando em grandes desigualdades socioeconômicas – e também demográficas – entre as regiões (DEDECCA *et al*, 2010).

Tabela 1. Estabelecimentos industriais e empregos ocupados no Brasil e no estado de São Paulo (1920-2000)

| Unidade Territorial | Estab./Emp. | 1920 | % | 1940 | % | 1960 | % | 1980 | % | 2000 | % |
|---------------------|-----------------|---------|-------|---------|-------|-----------|------|-----------|-------|-----------|-------|
| Brasil | Estabelecimento | 13.569 | 100 | 49.418 | 100 | 110.771 | 100 | 226.306 | 100 | 139.739 | 100 |
| Brasil | Emprego | 293.673 | 100 | 781.185 | 100 | 1.799.376 | 100 | 5.720.000 | 100 | 5.237.373 | 100 |
| São Paulo | Estabelecimento | 4.157 | 30,63 | 14.225 | 28,78 | 36.339 | 32,8 | 74.147 | 32,76 | 48.653 | 34,81 |
| São Paulo | Emprego | 85.466 | 29,1 | 272.865 | 34,92 | 831.339 | 46,2 | 2.679.530 | 46,8 | 2.022.392 | 38,61 |

Fonte: Censos Industriais do IBGE. Retirado de: Bomtempo (2015, p. 113)

A heterogeneidade socioeconômica produz realidades distintas tornando o estado um cenário bastante complexo. Os dados da tabela 2 ilustram este ponto, ao

⁶ Como afirma Bomtempo (2015, p. 112): “consideram-se como estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, endereços distintos”.

⁷ Também de acordo com Bomtempo (2015, p. 112), “os empregos ocupados na indústria (vínculos no ano) referem-se aos vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, numa determinada data, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego”.

observarmos as disparidades entre os perfis socioeconômicos das regiões administrativas ao longo do tempo⁸. Há diversas disparidades entre as regiões, quando consideramos as taxas de analfabetismo e urbanização, bem como as características da população economicamente ativa. Desde os anos 1980, regiões de Santos, São Paulo e Ribeirão Preto tem se mantido como as mais urbanizadas, ao passo que Barretos, Campinas e a região Central vem apresentando grandes avanços na mesma direção. Já regiões como Registro, Presidente Prudente e São José do Rio Preto são as menos urbanizadas, além de apresentarem as maiores taxas de população empregada nas atividades agrícolas.

Tabela 2. Perfil socioeconômico das Regiões Administrativas de São Paulo (%) (1980 e 2010)

| Região Adm. | 1980 | | | | | 2010 | | | | |
|---------------------|-----------|--------------------|----------|----------|-----------|-----------|-------------|----------|----------|-----------|
| | Pop. Urb. | Taxa Analf. (1991) | PEA Agr. | PEA Ind. | PEA Serv. | Pop. Urb. | Taxa Analf. | PEA Agr. | PEA Ind. | PEA Serv. |
| Santos | 98,23 | 11,35 | 4,52 | 32,28 | 63,21 | 99,51 | 7,37 | 0,53 | 7,82 | 91,64 |
| São Paulo | 87,18 | 12,89 | 5,93 | 48,28 | 43,16 | 95,63 | 8,13 | 2,53 | 29,52 | 68,07 |
| Ribeirão Preto | 74,84 | 14,13 | 44,47 | 23,54 | 31,98 | 90,8 | 9,78 | 16,38 | 28,3 | 55,33 |
| Barretos | 69,84 | 16,03 | 51,97 | 12,88 | 35,3 | 91,3 | 10,7 | 31,87 | 18,22 | 49,91 |
| Campinas | 68,99 | 13,55 | 32,06 | 33,9 | 34,62 | 86,96 | 8,74 | 12,2 | 34,48 | 53,32 |
| Central | 68,77 | 15,6 | 43,12 | 26,31 | 30,58 | 90,88 | 10,71 | 20,27 | 26,38 | 53,35 |
| Franca | 66,83 | 15,36 | 51,24 | 17,64 | 31,12 | 88,6 | 10,53 | 23,41 | 26,39 | 50,2 |
| S. J. dos Campos | 65,79 | 15,76 | 30,6 | 27,5 | 41,91 | 78,88 | 10,11 | 10,07 | 18,29 | 71,64 |
| Bauru | 60,05 | 16,31 | 51,62 | 17,55 | 30,83 | 85,58 | 10,89 | 26,88 | 26,95 | 46,86 |
| Araçatuba | 59,21 | 18,27 | 55,32 | 15,73 | 28,95 | 84,11 | 12,68 | 19,68 | 25,4 | 55,5 |
| Sorocaba | 54,64 | 16,57 | 48,2 | 20,36 | 31,43 | 73,31 | 11,3 | 20,18 | 24,17 | 56,56 |
| Marília | 54,12 | 18,45 | 59,9 | 12,3 | 27,8 | 84,74 | 12,34 | 28,94 | 20,23 | 50,83 |
| S. J. do Rio Preto | 53,31 | 18,36 | 60,61 | 12,15 | 27,24 | 84,05 | 13,18 | 22,04 | 20,89 | 57,51 |
| Presidente Prudente | 53,27 | 19,62 | 58,97 | 11,76 | 29,27 | 81,76 | 14,06 | 16,7 | 18,04 | 65,6 |
| Registro | 49,02 | 19,84 | 48,27 | 16,64 | 36,09 | 67,67 | 12,57 | 22,49 | 7,49 | 71,63 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos Censos demográficos de 1980 e 2010. Os dados obtidos para a Taxa de Analfabetismo, na terceira coluna, se referem ao Censo de 1991

⁸ As porcentagens obtidas são as médias dos municípios que compõem cada região administrativa do estado.

Este cenário socioeconômico complexo e diverso é refletido, também, na dimensão política. Os dados analisados por Meneguello e Bizzarro Neto (2012) sugerem que a política paulista se estabelece em territórios específicos com diferentes padrões de adesão aos partidos. A clivagem urbano-rural se transformou em uma dinâmica baseada na distribuição entre centro e periferia, colocando os votos dos partidos governistas e dos partidos conservadores nas regiões mais distantes da capital – que tendem a ter maiores taxas de analfabetismo e uma ocupação da PEA predominantemente agrícola. Já nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Santos (ambas altamente urbanizadas e industrializadas) há uma maior presença dos votos de oposição e, sobretudo, do PT. Este contexto acolhe um terreno político amplo com espaço para 6.976 vereadores, 645 prefeitos, 94 deputados estaduais e 70 deputados federais, em 2016, o que torna o estado um cenário propício para alta competitividade eleitoral⁹.

Diante disso, a conexão das disputas locais com as disputas nacionais, através do processo de nacionalização dos partidos e das disputas (BRAGA, 2006), se deu em São Paulo por dois motivos. De acordo com Sandes-Freitas (2015), as quedas do quercismo e do malufismo foram fundamentais para a consolidação da presidencialização da competição eleitoral no estado. Por outro lado, a ascensão do PSDB como principal ator da política local, sobretudo a partir de 1996, foi um fator que impulsionou a organização do partido e o grau de influência que passou a obter rivalizando diretamente com o PT.

Assim, a política paulista adquire um papel fundamental dentro da dinâmica do sistema partidário brasileiro, visto que abriga bases de todos os partidos, com uma estrutura de competição bastante intensa e associada diretamente ao plano nacional. A política, além da economia, também torna São Paulo um importante

⁹ De acordo com os autores, entre 1986 e 2010, o número de partidos no Legislativo estadual dobrou (de 7 para 15), assim como o número efetivo de partidos - passando de 2,9 para 6,5 (1980-2010). Além disso, os índices de volatilidade nas eleições legislativas estaduais são bastante superiores àqueles da Câmara dos Deputados, girando em torno de 21 (1986-2010). Para mais informações sobre o crescimento da competição no estado, cf. Meneguello e Bizzarro Neto (2012, p. 125).

campo de estudo na medida em que ao compreendermos o seu jogo político podemos fazer também um exercício de reflexão sobre possíveis efeitos no próprio sistema político brasileiro.

Meneguello e Bizzarro Neto (2012, p. 164) encontram “*contextos de votação à esquerda e à direita do espectro partidário no estado, corroborando a ideia de que, nos agregados urbanos e suas distinções internas, é possível identificar características socioeconômicas que beneficiam a presença de tendências específicas*”. O padrão apontado pelos autores é semelhante ao identificado por Faria (1975), Soares (1988) e Avelar e Walter (2008): os municípios menores e mais ruralizados beneficiam o voto em partidos conservadores e o voto governista, ao passo que os grandes centros urbanos acolhem os votos de oposição, majoritariamente a esquerda petista, até meados dos anos 2000.

Com isso, compreender a dinâmica político-partidária a partir do espectro ideológico se torna importante por dois motivos. Por um lado, a divisão ideológica nos permite observar diferenças entre os comportamentos e desempenhos das agremiações, rebatendo o senso comum de que partidos seriam todos iguais, funcionando sob as mesmas coordenadas. Por outro lado, tal divisão nos mostra que preferências têm sido adotadas pelo eleitorado e o quanto o retorno da direita para o centro do debate impactou na última rodada eleitoral local (CRUZ, KAYSEL E CODAS, 2015).

3. Construções teóricas do espectro ideológico direita-esquerda

A compreensão do mundo político a partir do *continuum* direita-esquerda teve suas origens na Revolução Francesa¹⁰ e adquiriu significados fortes, positivos e negativos, a partir do século XIX. Esquerda e direita se converteram em marcas de identidade (BOBBIO, 1995; SINGER, 2002; CRUZ, 2015), passando a funcionar como atalhos cognitivos que ajudam a estruturar o mundo político

¹⁰ Para mais informações acerca do surgimento da *díade*, ver Cruz (2015), Giddens (1996) e Bobbio (1995).

(WIESEHOMER E DOYLE, 2012). Postos em perspectiva comparada, esses eixos devem ser compreendidos a partir de um caráter relacional. Ou seja, antes de tudo, precisam ser contextualizados.

De acordo com Bobbio (1995), na contemporaneidade, o que tem caracterizado e distinguido a esquerda é a defesa do igualitarismo, ao qual a direita não apenas se opõe como o combate. A luta pela igualdade social, para o autor, remonta à própria história das esquerdas contra o “inimigo comum” que é a propriedade privada – o maior obstáculo à igualdade, de fato, entre os homens.

Ao longo do século XX, o conflito entre esquerda e direita se acentuou ganhando contornos mais definidos e extremos. Seu ápice veio não apenas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em si, como por exemplo nas disputas ideológicas entre o Nazi-fascismo e o Comunismo, mas também nos desdobramentos da mesma, com a Guerra Fria (1945-1989). A polarização crescente, que adquiriu nomenclaturas diversas¹¹, repercutiu tanto nas relações econômicas quanto políticas entre os países e no interior de cada um deles.

Freire (2002; 2004) e Norris (2005), em estudos sobre as democracias europeias, argumentam que as identidades ideológicas ainda são fortes no continente. Os autores demonstram que o enfoque na diferenciação de ideologia entre os partidos estimula a orientação dos valores de esquerda e direita entre o eleitorado. Trazendo esta perspectiva para o caso brasileiro, o debate sobre esquerda e direita no campo partidário abre a possibilidade de pensar não apenas na reputação das organizações partidárias no interior do campo político (MIGUEL, 2010), mas também nas relações que a escala tem em termos de compreensão do sistema partidário pelo eleitorado. Portanto, os referenciais de ideologia são necessários para a análise dos partidos.

Tal concepção não é unânime na literatura. Oliveira e Turgeon (2015), por exemplo, apontam que não há consenso quanto à percepção do eleitorado da diáde esquerda-direita. Lucas e Samuels (2011) e Almeida (2001) argumentam que as

¹¹ Por exemplo: União Soviética x Estados Unidos; Comunismo x Capitalismo; Democracia x Autoritarismo, etc.

ideologias não são importantes preditivos da escolha do voto, uma vez que o próprio sistema partidário brasileiro não se consolidou a ponto de os eleitores conseguirem distinguir ideologias entre as agremiações. Nessa mesma direção, haveria um descompasso no Brasil entre os estatutos dos partidos e suas práticas políticas diárias (TAROUCO E MADEIRA, 2013; OLIVEIRA E TURGEON, 2015). Essas perspectivas analíticas seguem o argumento de Converse (1964) que nos anos 1960 afirmava que, em termos de comportamento eleitoral, há certa dificuldade para o eleitorado se estruturar de acordo com o eixo direita-esquerda.

Por outro lado, Carreirão (2014) e Singer (2002) apontam a permanência da ideologia enquanto um fator relevante na estruturação tanto do sistema partidário brasileiro quanto da percepção da política pelo eleitorado. A diferenciação entre os partidos na diáde esquerda-direita possibilita, então, organizar os seus posicionamentos no interior do campo político. Miguel (2010) defende a utilização do *continuum* como um artifício metodológico, que auxilia na compreensão da dinâmica partidária e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Já Zucco Jr. (2011) procura justamente observar essas transformações na posição das legendas dentro do espectro ideológico. A conclusão dos autores é que há relativa estabilidade entre os partidos e seus respectivos lugares na esquerda, no centro e na direita.

Através dessas medidas, é possível balizar a ação dos partidos, seus posicionamentos sobre temas do debate político e identificar diferentes agendas políticas propostas ao eleitorado (TAROUCO E MADEIRA, 2013). É sob este prisma que pretendemos aqui analisar o desempenho dos partidos nas eleições locais paulistas de 2016: a distribuição das agremiações, ao longo do *continuum*, proporciona um retrato acerca dos perfis partidários que estão ocupando os cargos eletivos no estado desde outubro de 2016.

Para analisar o posicionamento ideológico dos partidos, seguimos as classificações recorrentes na literatura recente (MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000; MELO, 2004; ZUCCO JR., 2009; 2011; CODATO, BOLOGNESI E ROEDER, 2015; BABIRESKI, 2016). Alguns autores selecionaram apenas um grupo de partidos para classificação, ao passo que outros autores realizaram análises que

englobavam inclusive as pequenas legendas. Assim, a utilização de mais de uma referência da literatura se fez necessária para que a divisão ideológica incluísse a maioria dos partidos. Reconhecemos a existência de algumas controvérsias quanto à posição ideológica de alguns partidos como PSDB, PMDB e o NOVO no centro ou na direita, por exemplo. Porém, comparando a partir das diversas perspectivas trazidas pelos autores que estudaram a fundo o tema, procuramos estabelecer as divisões mais recorrentes na literatura. Lembramos que esta divisão é apenas metodológica e ilustrativa. Isso posto, os partidos foram divididos, então, da seguinte maneira, considerando inclusive aqueles que já foram extintos ou refundados (Tabela 3).

Tabela 3. Separação dos partidos por blocos ideológicos

| Esquerda | | Centro | | Direita | | |
|----------|------|--------|------|---------|-------|---------|
| PC do B | PSOL | PMDB | SD | PTB | PRN | PSL |
| PCB | PSTU | PMB | PROS | PFL/DEM | PRB | PST |
| PCO | PT | PSDB | REDE | PSD | PRP | PT do B |
| PDT | PPL | PV | NOVO | PDS/PP | PRTB | PHS |
| PSB | | PEN | PPS | PL/PR | PAN | PTN |
| | | | | PSC | PSDC | PTC |
| | | | | PGT | PRONA | PMN |

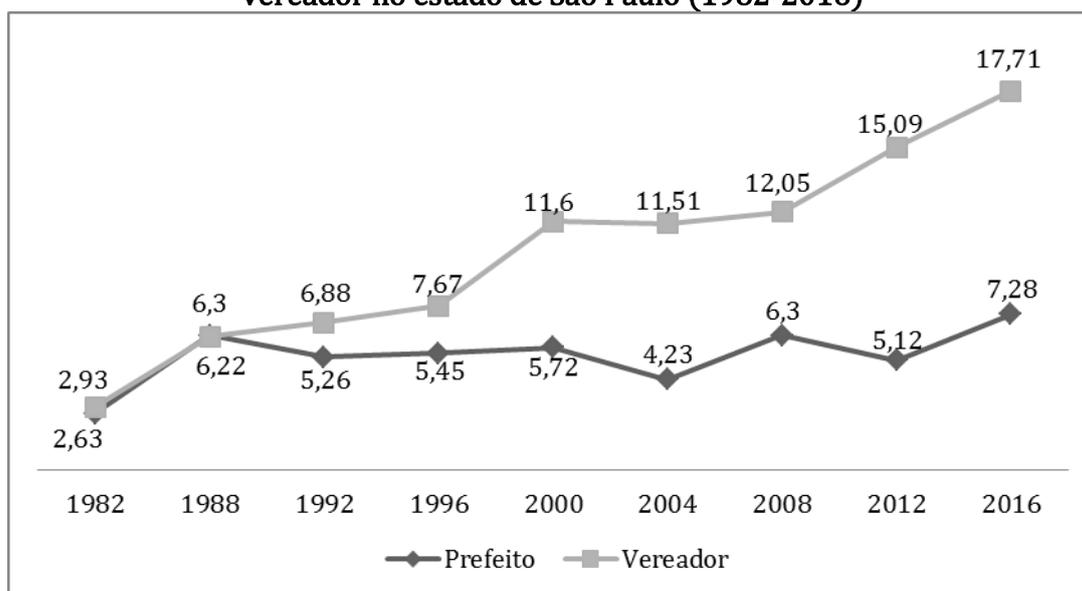
Fontes: Mainwaring, Meneguello e Power (2000); Melo (2004); Zucco Jr. (2011); Codato, Bolognesi e Roeder (2015); Babireski (2016); programas partidários

4. Eleições de 2016 em São Paulo

Em ambos os pleitos locais, as transformações em São Paulo têm seguido padrões semelhantes aos que se observam nas demais eleições do país: a concentração de forças nas eleições majoritárias e a fragmentação partidária nas eleições proporcionais (BRAGA E KINZO, 2007). Meneguello e Bizzarro Neto (2012) chamam atenção para o quadro crescente tanto de fragmentação partidária quanto de competição eleitoral. Para os autores, estes processos ganharam força a partir de meados dos anos 1990, por conta da elevação dos índices de volatilidade e pelo crescente número de partidos parlamentares (de 7, em 1986, para 15, em 2010), valores acima dos indicadores nacionais. Ao olharmos para as eleições

locais do estado, o quadro é de um crescimento acentuado no número efetivo de partidos (NEP)¹². Ou seja, ao longo das últimas décadas, a tendência observada foi de acentuação da fragmentação partidária também em nível local. Estes dados estão apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Número Efetivo de Partidos (NEP) nas eleições para prefeito e para vereador no estado de São Paulo (1982-2016)



Fontes: Elaboração do autor a partir de dados do TSE, Fundação SEADE e IPEA-Data

Entre 1988 e 1996, o número de partidos relevantes nas disputas municipais paulistas girou em torno de 5 a 7¹³, tanto nas majoritárias quanto nas proporcionais. O *boom* na criação de novas legendas neste período (FERREIRA, BATISTA E STABILE, 2008), portanto, não impactou significativamente no sistema partidário paulista. Contudo, a partir de 2000, a tendência ao aumento da fragmentação nos pleitos proporcionais (BRAGA E KINZO, 2007) chegou ao nível local: as disputas para os cargos de vereador passaram a apresentar acima de 10

¹² O cálculo do NEP é feito a partir da soma das porcentagens de votos obtidos por cada partido, em uma determinada eleição, para determinado cargo. As frações, então, são elevadas ao quadrado e, em seguida, somadas. Por fim, divide-se o número um (1) por essa soma (1/soma). Obtém-se, assim, um índice onde zero significa baixa fragmentação partidária e valores inteiros (1, 2, 3 etc.) representam, aproximadamente, o número de partidos relevantes. Este cálculo é baseado em Laakso e Taagepera (1979).

¹³ No cálculo do NEP das eleições para vereador de 1988 e 1992, foram utilizados apenas as votações de vereadores eleitos, por indisponibilidade de outras bases de dados mais completas.

partidos relevantes de todos os pontos do espectro ideológico. Este quadro passa a se acentuar ao longo do tempo, atingindo 17 partidos efetivos em 2016, o maior número da série histórica.

Já as eleições para as prefeituras mantiveram valores semelhantes, ainda que crescentes – cerca de 7,3 partidos foram considerados relevantes em 2016. Entre 1982 e 1992, este número cresceu de 2,6 para cerca de 6 partidos. Dentre os de direita, destacavam-se PDS/PP, PTB e PFL/DEM. PMDB e PT também se incluíam neste grupo de partidos efetivos. Depois de 1992, o PSDB se tornou parte dos partidos mais relevantes ocupando o lugar do PFL/DEM e disputando diretamente com o PT as maiores parcelas de votos. A partir dos anos 2000, o PDS/PP e PFL/DEM deixam de ser considerados efetivos, sendo substituídos, a depender da eleição, por PSB, PDT, PRB e PSB. Nesse sentido, as informações relativas ao NEP apontam que mais partidos tem conseguido se destacar nas eleições municipais, ampliando as possibilidades de competição e disputa¹⁴.

Esta tendência no aumento da fragmentação partidária local, especialmente para o Legislativo, está associada à emergência de novos partidos nos municípios que tem conseguido, cada vez mais, se estabelecerem pelo território nacional (VASQUEZ, 2016). A criação de novas legendas nos últimos anos, bem como o fortalecimento dos partidos pequenos são movimentos que ajudam a explicar este quadro, não apenas em São Paulo, mas para todo o país (KRAUSE *et. al.*, 2016).

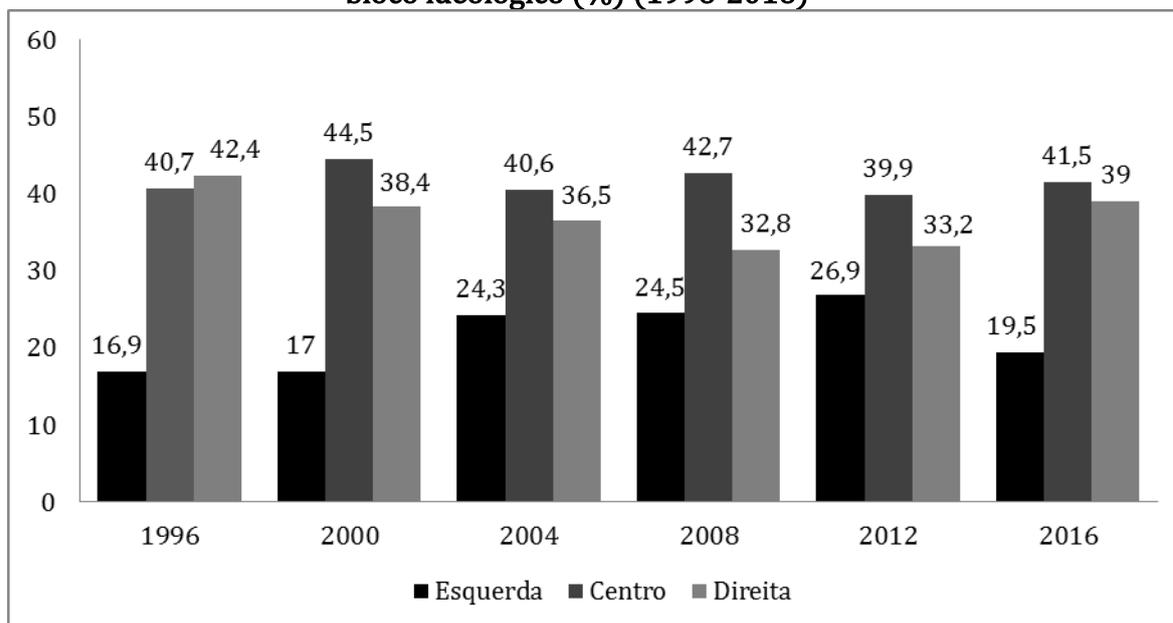
Diante deste cenário, um dado que nos permite aferir a capacidade de organização dos partidos é o lançamento de candidaturas. Recrutar, selecionar e lançar candidatos é uma das funções dos partidos políticos em um sistema democrático (BRAGA, 2008; BRAGA E AMARAL, 2013). Por meio desta ação, é possível analisar o desempenho e a capacidade de inserção das agremiações nos pleitos. Tendo em vista esta perspectiva, esta seção traz, primeiramente, uma análise dos dados de lançamento de candidaturas aos pleitos locais paulistas, entre 1996 e 2016. Serão levados em consideração tanto os candidatos a prefeito quanto

¹⁴ No cenário nacional, Vasquez (2016) analisa a competição nos Executivos locais e Kerbauy (2016), nos Legislativos. Em ambos os casos, a tendência ao crescimento da competição é diagnosticada.

a vereador. A fim de garantir maior clareza na observação dos dados, foram consideradas apenas as candidaturas com situação “deferida” independente se entraram com recurso ou não.

Os Gráficos 2 e 3 realizam a sistematização do lançamento de candidaturas nas eleições municipais para prefeito¹⁵ e para vereador, respectivamente.

Gráfico 2. Lançamento de candidaturas a prefeito nos municípios paulistas, por bloco ideológico (%) (1996-2016)



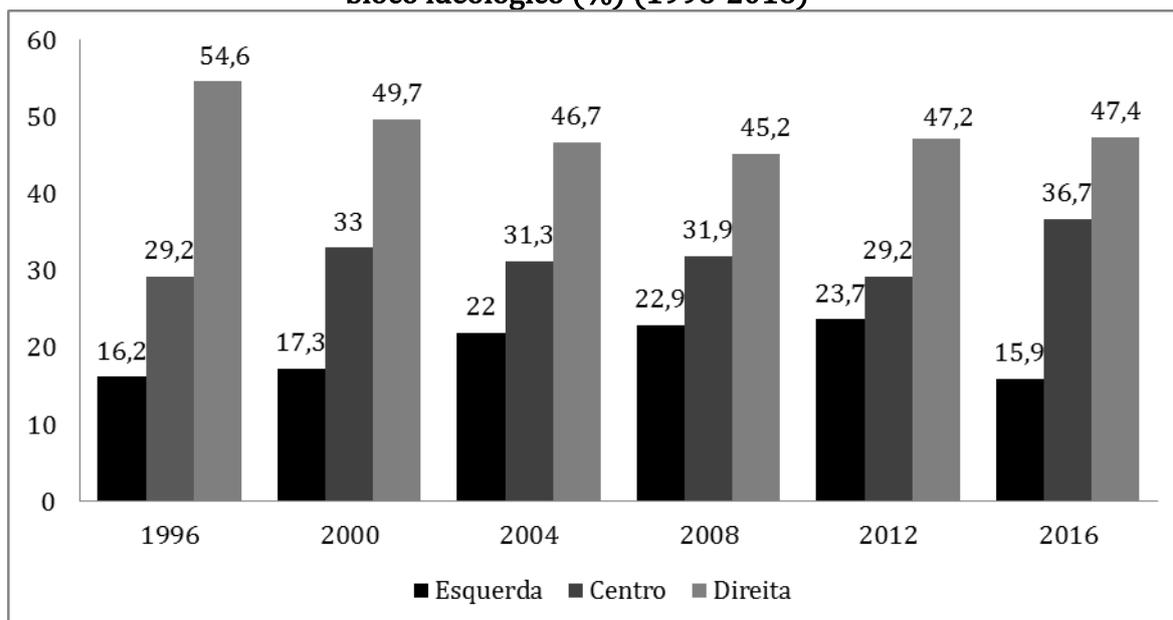
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

Uma primeira observação, ao dividirmos por blocos ideológicos, é a de que os partidos de esquerda lançam bem menos candidatos do que os partidos de centro e de direita. Isso se mostra ainda mais evidente nas eleições para vereador. O Gráfico 2 aponta que, entre 1996 e 2012, a esquerda partidária aumentou em cerca de 10% sua participação no total de candidaturas lançadas (de 16,9 para 26,9%, respectivamente). O mesmo crescimento ocorreu nas eleições para o Legislativo - de 16,2 para 23,7%, entre 1996 e 2012. Todavia, tais proporções estão

¹⁵ Um trabalho recente que se utiliza dos dados de lançamento de candidaturas para estudo das eleições Executivas municipais no Brasil pode ser encontrado em Vasquez (2016). Não foi possível obter, de forma satisfatória, os dados anteriores a 1996. Agradeço ao colega Vitor Vasquez por disponibilizar o banco de dados sistematizado.

abaixo daquelas do centro e da direita e as diferenças se acentuaram em 2016, quando o bloco da esquerda recuou sua participação nas eleições locais a um patamar semelhante ao que obtinha no final dos anos 1990.

Gráfico 3. Lançamento de candidaturas a vereador nos municípios paulistas, por bloco ideológico (%) (1996-2016)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

A principal chave explicativa para essas mudanças no bloco é o PT, que se tornou seu principal representante na arena eleitoral desde os anos 1980 (MENEGUELLO, 1989; AMARAL E POWER, 2016). Como mostram as Tabelas 4 e 5¹⁶, entre 1996 e 2012, o PT lançou candidatos em uma média de 34% dos municípios paulistas nas disputas para a prefeitura e 7,9% do total dos candidatos para as câmaras – valores acima do PDT e PSB. Contudo, em 2016, este quadro se altera significativamente: o PSB se destacou, com candidaturas ao Executivo em cerca de 20% dos municípios, ao passo que o PT viu sua representatividade diminuir para menos da metade em relação a 2012 (de 39,5% para 15,2% dos

¹⁶ Para a elaboração e posterior análise das Tabelas 4 e 5, foram destacados apenas os partidos que, em algum momento da série histórica, apresentaram candidatos em pelo menos 5% dos municípios. Nota-se que, a partir destes critérios, os mesmos partidos foram selecionados nos dois casos (à exceção do PSOL, nas eleições legislativas), o que coloca este grupo como as principais legendas nas eleições locais de São Paulo.

municípios com algum candidato a prefeito), assim como o PDT. Para a vereança, a situação foi semelhante na medida em que apenas o PSB ampliou seu percentual de candidatos (em números absolutos, de 3674, em 2012, para 4111 candidaturas, em 2016¹⁷).

Esta mudança no bloco pode ser atribuída a dois fatores. O primeiro são as sucessivas crises recentes pelas quais vem passando o PT nos últimos anos, com maior destaque para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, que resultaram na perda do apoio popular e da adesão ao partido. Algumas pesquisas recentes já apontam a queda no prestígio do partido, resultando em crescimento de sua avaliação negativa¹⁸. Em São Paulo, as consequências foram sentidas de forma notável, tanto por conta do enraizamento do partido no estado desde sua fundação (MENEGUELLO, 1989), quanto pela capacidade que possuía de polarizar a disputa com o PSDB em nível estadual, entre 1994 e 2010 (MENEGUELLO E BIZZARRO NETO, 2012; SANDES-FREITAS, 2015). Nota-se que o partido sofreu perdas importantes nas disputas também em nível local, para ambos os cargos.

¹⁷ A tabela com os números absolutos de candidatos a vereador, por partido, se encontra ao final desta seção (Tabela 7).

¹⁸ De acordo com o Instituto DataFolha, em pesquisa do primeiro semestre de 2016, dentre os maiores partidos analisados (PT, PSDB e PMDB), o PT é o mais mal avaliado, com cerca de 37% que o consideram como tendo “nenhum prestígio”. Para ver a pesquisa completa, confira em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752322-pt-tem-mais-pode-e-menos-prestigio-que-pmdb-e-psdb-dizem-brasileiros.shtml>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

Já o IBOPE mostra que, em Outubro de 2016, o PT contava com a simpatia de 11% do eleitorado, contra o índice de 36% que obteve em Abril de 2013 – a partir de então, com o início das manifestações, o apoio à agremiação caiu significativamente. Vale destacar, contudo, que o partido continua liderando as preferências do eleitorado. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/46-dos-brasileiros-nao-tem-preferencia-por-nenhum-partido/>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

Tabela 4. Lançamento de candidaturas a prefeito nos municípios paulistas entre os principais partidos, por bloco ideológico (1996-2016) (%)¹⁹

| Bloco | Partido | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 | 2012 | 2016 |
|----------|---------|------|------|------|------|------|------|
| Esquerda | PT | 25,7 | 25,3 | 45,9 | 32,7 | 39,5 | 15,2 |
| | PSB | 5,7 | 9,5 | 11,9 | 14 | 13,5 | 20,3 |
| | PDT | 17,8 | 13,8 | 11,3 | 13 | 10,7 | 8,7 |
| | PSOL | - | - | - | 9,3 | 11,8 | 12,9 |
| Centro | PSDB | 68,2 | 61,2 | 62,5 | 64,8 | 60,2 | 51,8 |
| | PMDB | 49,9 | 44,3 | 35,2 | 32,7 | 35 | 29,8 |
| | PV | 7,1 | 8,8 | 14,6 | 16,1 | 16,7 | 17,8 |
| | PPS | 2 | 20 | 17,1 | 14,1 | 11,5 | 12,6 |
| Direita | PTB | 24,2 | 29,5 | 27,4 | 23,9 | 24,3 | 26,8 |
| | PR | 10,9 | 13,8 | 15,2 | 11,6 | 10,4 | 14,3 |
| | DEM | 42 | 31,3 | 32,6 | 29,5 | 18,4 | 21,6 |
| | PP | 25,7 | 19,2 | 13,6 | 12,7 | 10,2 | 6,5 |
| | PSD | - | - | - | - | 15,7 | 23,1 |

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

O segundo fator que contribuiu para a mudança no bloco da esquerda ocorreu por conta da guinada do PSB ao centro – processo que vinha ocorrendo desde a quebra da aliança com o PT nas eleições municipais de 2012. Tal rompimento ocorreu de forma definitiva em 2014, quando Eduardo Campos, então governador de Pernambuco e presidente do PSB, decidiu concorrer à Presidência da República. Com a morte de Campos, antes do pleito de 2014, o partido passou a se coligar, com maior frequência, com partidos do centro e da centro-direita – com destaques para PMDB e PSDB.

Esta guinada do partido ao centro se mostrou bem-sucedida em São Paulo²⁰, uma vez que o atual vice-governador do estado, Márcio França, é uma liderança do PSB que se aliou ao candidato vitorioso Geraldo Alckmim (PSDB) em 2014. Assim, o partido alcançou um novo *status* no cenário político-partidário paulista, criando maiores possibilidades de inserção. Isso já se refletiu nas eleições de 2016, como mostram as Tabelas 4 e 5: o PSB ampliou sua presença para mais de 20% dos

¹⁹ As porcentagens se referem ao número de candidatos que cada partido lançou nas disputas pelas prefeituras, dividido pelo total de municípios do estado (645, ao longo de toda a série histórica).

²⁰ Ainda que tenha se mostrado bem sucedida, a guinada à direita do PSB não é uma estratégia consensual no interior do partido, como aponta o deputado federal Júlio Delgado (PSB-MG). Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-deputado-partido-precisa-voltar-a-esquerda,10000086099>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

municípios, contra os 13,5% que havia obtido em 2012; além disso, cresceu em número de concorrentes a vereador.

Tabela 5. Lançamento de candidaturas a vereador nos municípios paulistas entre os principais partidos, por bloco ideológico (1996-2016) (%)²¹

| Bloco | Partido | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 | 2012 | 2016 |
|----------|---------|------|------|------|------|------|------|
| Esquerda | PT | 6,1 | 6,3 | 9,6 | 8,5 | 9,0 | 3,6 |
| | PSB | 2,7 | 4,2 | 5,2 | 5,8 | 5,1 | 5,3 |
| | PDT | 6,8 | 6,0 | 5,5 | 5,5 | 4,8 | 3,5 |
| Centro | PSDB | 12,4 | 11,2 | 10 | 10,9 | 9,6 | 8,7 |
| | PMDB | 12,5 | 10,6 | 8,5 | 8,5 | 8 | 6,8 |
| | PV | 2,4 | 3,8 | 5,4 | 6,6 | 6,8 | 5,9 |
| | PPS | 2 | 7,4 | 6,9 | 6,0 | 5,2 | 4,6 |
| Direita | PTB | 8,0 | 9,1 | 7,9 | 8,0 | 6,8 | 6,2 |
| | PR | 5,7 | 5,7 | 6,8 | 5 | 5,0 | 4,8 |
| | DEM | 11 | 9,8 | 8,5 | 8,2 | 5,5 | 5,3 |
| | PP | 9,5 | 8 | 5,1 | 5,5 | 5 | 3,2 |
| | PSD | - | - | - | - | 4,5 | 5,7 |

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

Além das mudanças entre PT e PSB, cabe destacar que o PDT vem perdendo espaço nas disputas para o Executivo local, reduzindo à metade a sua presença nas candidaturas enquanto “cabeça de chapa” às prefeituras (de 17,8 para 8,7%, entre 1996 e 2016). Historicamente, o PDT é uma agremiação que teve pouca expressão em São Paulo, tendo seu espaço ocupado por legendas como o PT e o PMDB (KINZO, 1993). A estratégia do partido, em meados dos anos 1980, foi implantar Diretórios em quase todos os municípios e atrair políticos como Adhemar de Barros Filho, herdeiro político de Adhemar de Barros e uma ex-liderança forte no estado. Entretanto, segundo a análise de Kinzo (1993), trata-se de uma legenda que ainda assim teve dificuldades em penetrar organizacional e eleitoralmente no estado.

Por fim, o bloco da esquerda tem ganhado expressão com o PSOL que ampliou o lançamento de seus candidatos entre 2008 e 2016. O partido, que surgiu a partir de uma dissensão no interior do PT em 2004, vem angariando adesões

²¹ As porcentagens se referem ao número de candidatos que cada partido lançou nas disputas pelas vagas nas câmaras de vereadores, dividido pelo número total de concorrentes.

entre setores da esquerda ligados aos movimentos sociais, principalmente. Em 2016, lançou candidatos a prefeito tanto na capital paulista (com a deputada federal Luiza Erundina) quanto em grandes cidades do interior, como Campinas e Sorocaba – sendo que, nesta última, o partido disputou o segundo turno com DEM, mas perdeu. Para o cargo de vereador, houve crescimento no número de candidatos psolistas: de 739, em 2008, para 1074, em 2012 (Tabela 7).

Em se tratando do centro do espectro ideológico, PSDB e PMDB são os grandes representantes. Ambos possuem presença no estado desde suas fundações nos anos 1980.

No caso do PSDB, suas origens estão fortemente ligadas a lideranças que têm em São Paulo as suas principais bases (ROMA, 2002; ASSUMPÇÃO, 2008), como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Geraldo Alckmim, por exemplo. Alguns fatores de ordem organizacional e eleitoral ajudam a explicar o sucesso do partido nos pleitos locais. Por um lado, a sua estrutura de organização, montada em macrorregiões²², traz ao PSDB uma maior capacidade de controle e direcionamento das ações partidárias pelos municípios do estado em que possui representação. Braga (2008) e Fernandes (2016) mostram que, desde os anos 1990, o partido vem ampliando sua estrutura organizacional. Por outro lado, o PSDB governa o estado há mais de duas décadas. A ocupação de espaços de poder e cargos, bem como o uso de outros recursos de autoridade formal – todos viabilizados pelas vitórias eleitorais conquistadas ao longo dos pleitos – fortaleceram a sua organização (KERBAUY E ASSUMPÇÃO, 2012) e as chances de sucesso eleitoral.

Os dados das Tabelas 4 e 5 ilustram estes argumentos. O PSDB é o partido que mais lança candidatos nas eleições municipais desde 1996. Até 2012, a presença como “cabeça de chapa” nas eleições para prefeito se fazia em mais de 60% das cidades – ou em mais de 380 municípios, em números absolutos. Até mesmo em 2016, quando reduziu em 10% o lançamento de candidaturas, o partido segue sendo o que mais se articula para liderar as disputas pelas prefeituras

²² Para mais informações, ver Braga (2008, pp. 464-465).

paulistas. O mesmo se verifica no Legislativo, onde a legenda respondia por 8,7% (6729, em números absolutos) dos candidatos em 2016.

O PMDB, ainda que venha declinando ao longo do tempo, também contribuiu de forma significativa para o destaque do bloco de centro nas disputas para prefeito e para vereador. O partido, que começou sua trajetória no estado herdando as bases e o caráter “localista²³” do antigo MDB (KINZO, 1988; SADEK, 1989), enfrentou diversas crises em sua organização ao longo das últimas décadas (BIZZARRO NETO, 2013; 2014). Em 2016, o PMDB disputou as eleições para prefeito em cerca de 30% dos municípios – o que o coloca, ainda assim, como o partido que mais marcou presença neste pleito ao lado do PSDB. No Legislativo, o PMDB demonstrou que também mantém relativa força, ao estabilizar em cerca de 5000 o número de candidatos em cada rodada eleitoral desde 2004. Nesse sentido, seu caráter “localista” parece se manter no contexto paulista.

O bloco da direita cresceu em 2016, voltando aos patamares do final dos anos 1990 e início dos 2000, nas eleições majoritárias. Excetuando o PP, todos os principais partidos (PTB, DEM e PSD) ampliaram o leque de candidaturas neste último pleito, com destaque para o PSD que cresceu quase 10%.

No entanto, os dois partidos mais tradicionais do bloco (DEM e PP) vêm apresentando candidatos em uma quantidade menor de municípios, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Por um lado, o DEM chega a 2016 lançando candidaturas a prefeito em cerca de metade das cidades (21,6%), em relação a 1996 (quando tinha representação em 42%, maior taxa para a série histórica). Dantas (2013) já havia identificado este declínio do partido, ao mesmo tempo em que este ampliou em 97% a sua média de participação em coligações, entre 2000 e 2012, segundo o autor. Por outro lado, o PP deixou de lançar candidatos em 25,7% dos municípios paulistas (1996) reduzindo a competição pelas prefeituras como “cabeça de chapa” para apenas 6,5% das cidades em 2016. Estes dados reforçam os argumentos acerca do declínio de ambas as agremiações no estado – seja pela

²³ Ou seja, um partido que obtinha seus melhores desempenhos eleitorais nos pleitos municipais.

perda de espaço do malufismo (no caso do PP) (MENEGUELLO E BIZZARRO NETO, 2012) ou pelas sucessivas crises internas do PFL/DEM (RIBEIRO, 2014).

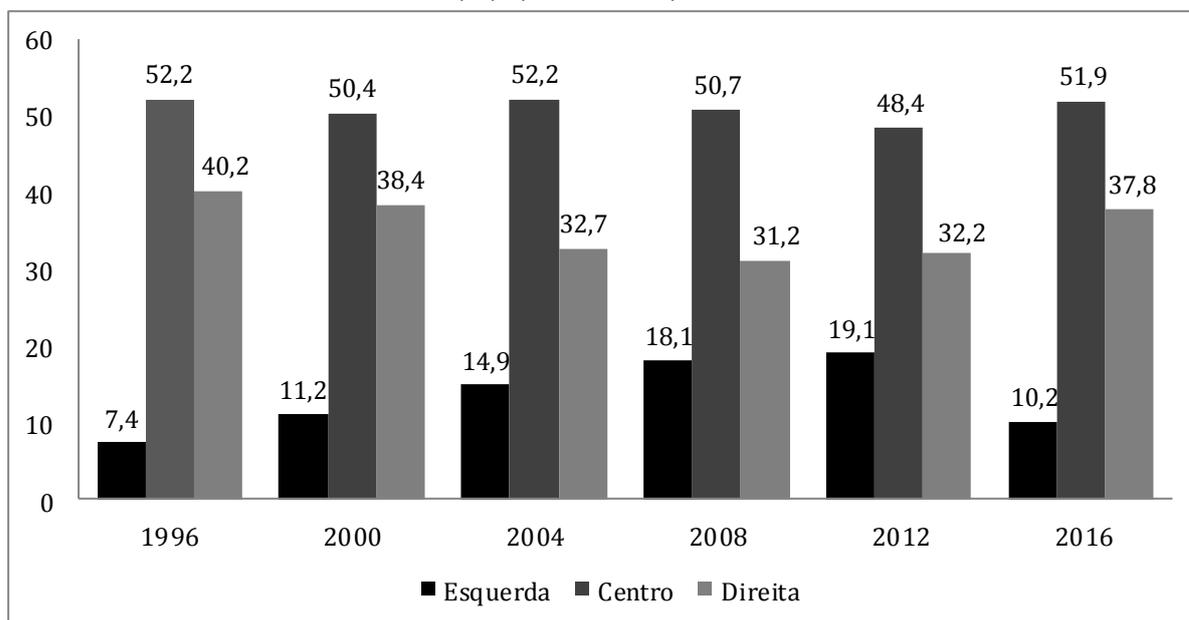
O mesmo tem ocorrido nas eleições para vereador, mas em menor proporção. Ainda que o DEM tenha reduzido para mais da metade o percentual de candidatos lançados, em números absolutos, houve manutenção no número de candidatos, em relação a 2012 (de 4005 para 4122 candidatos). Já o PP segue uma trajetória de declínio, com menos candidaturas lançadas, em relação ao restante da série histórica. Esses dados demonstram que, ao contrário do que ocorre nas eleições majoritárias, nas proporcionais há uma distinção entre os dois partidos de direita. Em um contexto de crise na esquerda partidária e retorno de pautas conservadoras ao debate político (CRUZ, KAYSEL E CODAS, 2015), dentre as legendas mais tradicionais da direita, apenas o DEM parece se manter com relativa força.

Ao contrário dessas duas agremiações, o PTB possui uma fraca rede organizacional nos municípios, que se refletiram, nos primeiros anos da abertura política, em um baixo desempenho eleitoral (SOARES, 1988; KINZO, 1993). Este quadro foi se revertendo ao longo dos anos e, em 2016, o partido foi o que mais lançou candidatos no estado dentre as legendas de direita, juntamente ao PSD. Nesse sentido, são as duas agremiações que foram mais bem-sucedidas em 2016, em ambos os pleitos.

Criado em 2011, o PSD foi composto originariamente por políticos advindos de partidos como PSDB e PFL/DEM, a exemplo de uma de suas principais lideranças, o ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Possuindo formação originária complexa e diversa, o PSD se tornou uma “*reação de lideranças sem perspectiva de posicionamento nos partidos de oposição*” (KRAUSE *et. al*, 2016, p. 85). Dantas (2013) e Kerbauy (2016) identificam que o partido disputou as eleições de 2012 com capilaridade superior a diversos partidos da direita (DEM, PR, PTB e PP). Ou seja, o PSD já surgiu bastante inserido na competição, o que se ampliou em 2016. Trata-se, portanto, de uma força política que apresenta um quadro promissor, dentro do espectro ideológico da direita e centro-direita.

De modo geral, os dados sugerem o seguinte cenário nas eleições de 2016 em São Paulo no que se refere à “montagem” da competição: crescimento da fragmentação eleitoral (observada através da elevação do NEP); queda significativa no desempenho e na participação do PT e do PDT (em menor proporção); crescimento da participação do PSB e do PSD, dentre as principais legendas – em grande medida por conta das alianças de sucesso com partidos de centro; manutenção de PSDB e PMDB como os grandes representantes do centro e da centro-direita; aumento da participação dos pequenos partidos, principalmente os de direita, no lançamento de candidaturas. Tais tendências seguem padrões semelhantes de crescimento da competição local no país como um todo, tanto no Executivo (PEIXOTO E GOULART, 2014; VASQUEZ, 2016) quanto no Legislativo (KERBAUY, 2016).

Em se tratando da conquista das prefeituras em disputa, o quadro paulista revela algumas tendências em 2016, como ilustram o gráfico 4 e a tabela 6. Primeiramente, a disparidade do bloco de centro em relação aos demais aumenta, fazendo com que estes partidos conquistem mais da metade dos Executivos locais. Este padrão já era observado desde 1996, porém se acentuou entre 2012 e 2016. PMDB e PSDB se mantiveram praticamente estáveis, ao passo que PV e PPS ampliaram suas vitórias, como mostram as tabelas 6 e 8. Porém, o que destacou em 2016 foi o aparecimento de novas legendas que impulsionaram os resultados das forças mais ao centro do espectro ideológico. O Solidariedade, por exemplo, saiu vitorioso em 11 municípios, ao passo que PEN e PROS obtiveram 2 prefeituras cada; já a REDE venceu 1 disputa (Tabela 8).

Gráfico 4. Prefeituras conquistadas nos municípios paulistas, por bloco ideológico (%) (1996 2016)

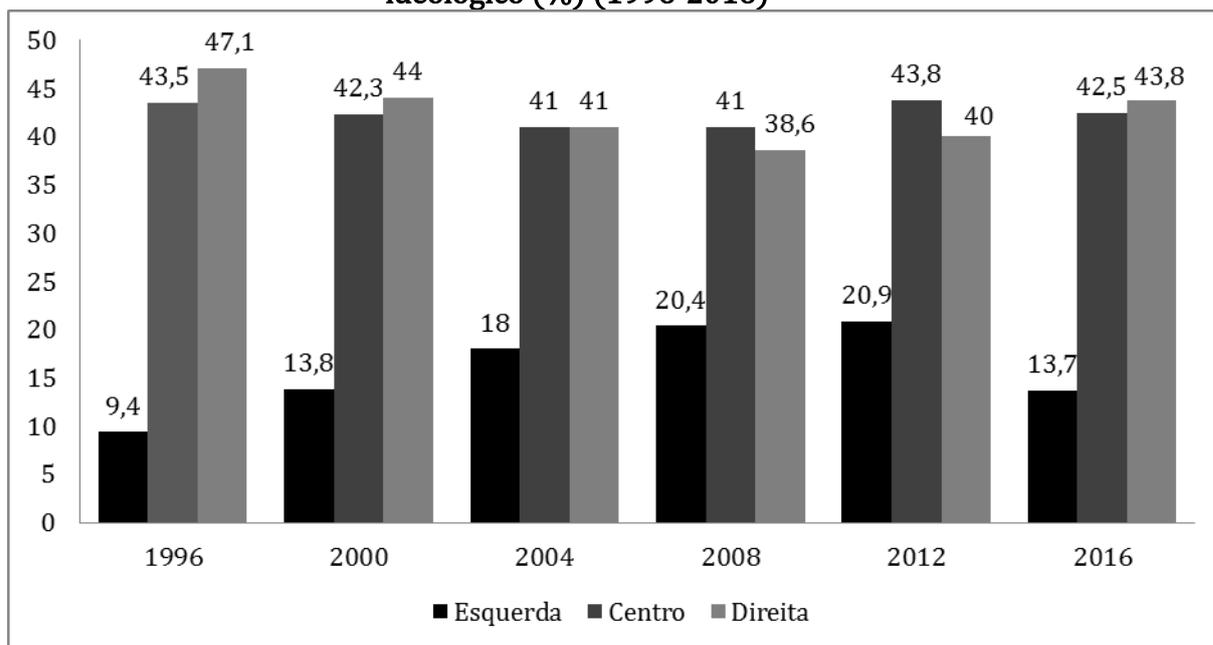
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

No Executivo, a esquerda também caiu significativamente, atingindo índices de fins dos anos 1990, com cerca de 10% das prefeituras (Tabela 6). O PT saiu com apenas 1% dos municípios (7 em números absolutos) contra os 11% que havia alcançado em 2012. No estado em que possui umas de suas principais origens (MENEGUELLO, 1989), o PT enfrentou uma derrota sem precedentes. O PDT também diminuiu sua representação, ao passo que PSOL não conquistou nenhuma prefeitura nesta última rodada. Novamente, o destaque vai para o PSB, que teve seu posicionamento de esquerda questionado neste último pleito devido às suas alianças ao centro e à direita em diversos municípios e no governo do estado.

Um quadro distinto surge nas eleições legislativas. O centro e a direita predominam de forma quase idêntica ao longo da série histórica, resultando no controle de mais de 80% das vagas nas câmaras. No centro e na centro-direita, o PSDB é o grande representante, juntamente ao PMDB – ainda que este venha apresentando relativo declínio. PV e PPS completam o quadro, ampliando o número de competidores pela vereança, conforme mostra a tabela 7. Dentre as novas legendas, o Solidariedade conquistou 214 cadeiras, o PROS alcançou 91 e a

REDE 26. Este predomínio dos partidos de centro e de direita no Legislativo local também aparece nos demais estados e regiões do país, como aponta Kerbauy (2016), onde PSDB e PMDB se tornaram as agremiações que mais tiveram vitórias.

Gráfico 5. Vagas conquistadas nas câmaras de vereadores de São Paulo, por bloco ideológico (%) (1996-2016)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

O amplo sucesso eleitoral conferido nacionalmente ao PT até 2012, que disputava diretamente com PMDB e PSDB a maioria das cadeiras (KERBAUY, 2016), não se repetiu em 2016: o partido reduziu de 670, em 2012, para 197 o número de vereadores no estado em 2016 (tabela 8). Isso pode ser atribuído, também, aos desdobramentos da crise política do PT no cenário nacional, como mencionado anteriormente. O PDT também diminuiu sua presença tanto na competição, com a diminuição no número de candidatos (tabela 7), quanto nas vagas obtidas – de 334 para 245 vereadores eleitos em 2016 (tabela 8). O único caso de crescimento, assim como no Executivo, foi o PSB.

Tabela 6. Prefeituras conquistadas nos municípios paulistas entre os principais partidos, por bloco ideológico (1996-2016) (%)

| Bloco | Partido | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 | 2012 | 2016 |
|----------|---------|------|------|------|------|------|------|
| Esquerda | PT | 2,2 | 6 | 9 | 9,8 | 11,3 | 1,1 |
| | PSB | 1,4 | 1,9 | 2,5 | 4 | 4,3 | 7,1 |
| | PDT | 3,9 | 3,3 | 3,4 | 4,3 | 3,1 | 1,9 |
| | PSOL | - | - | - | - | 0,2 | 0 |
| | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,1 |
| Centro | PSDB | 34 | 27,6 | 30,4 | 31,8 | 26,5 | 26,4 |
| | PMDB | 16,9 | 17,2 | 13,6 | 10,9 | 13 | 12,7 |
| | PV | 0,9 | 0,6 | 2,5 | 3,6 | 4,7 | 5,3 |
| | PPS | 0,5 | 5 | 5,7 | 4,5 | 4,2 | 5,1 |
| | Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2,4 |
| Direita | PTB | 6,4 | 11,2 | 9,8 | 9,5 | 8,5 | 9,5 |
| | PR | 3,4 | 5 | 5,3 | 3,9 | 4,2 | 5 |
| | DEM | 16 | 13,8 | 11,5 | 11,6 | 7 | 8,4 |
| | PP | 8,4 | 5,1 | 4,3 | 3,9 | 4,2 | 1,7 |
| | PSD | - | - | - | - | 5,3 | 9,5 |
| | Outros | 5,3 | 3,4 | 1,9 | 2,2 | 3,1 | 3,9 |

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE

Já o bloco da direita voltou a crescer em 2016, passando a controlar 37,8% das prefeituras e 43,8% das cadeiras nas câmaras. Todos os partidos, com exceção do PP, ampliaram suas vitórias – com destaque, novamente, para PSD e PTB (com quase 10% das prefeituras cada). Nesse sentido, os maiores partidos de direita praticamente mantiveram o mesmo *status* de 2012, não sofrendo perdas significativas de espaço político. DEM, PSD e PTB são as agremiações que se mostraram mais bem-sucedidas, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. O PP se tornou a única exceção, evidenciando o desgaste organizativo e eleitoral que a legenda sofre desde a perda de hegemonia do malufismo no estado, nos anos 2000 (MENEGUELLO E BIZZARRO NETO, 2012).

Dentre as pequenas legendas, o PRB conquistou 13 prefeituras, ao passo que PTN e PHS obtiveram 4 cada. Cabe destacar o crescimento desses partidos também no Legislativo: em 2012, o PSC conquistou 166 cadeiras e o PRB 134. Ligados a setores de Igrejas Evangélicas, ambos os partidos repetiram o sucesso em 2016, com o PRB elegendo 249 vereadores e o PSC, 152. PTN e PHS também se

destacaram, elegendo 93 e 68 vereadores, respectivamente (tabela 8). Para Kerbauy (2016), o aumento das cadeiras no Legislativo local a partir do pleito de 2012 beneficiou os pequenos partidos – na medida em que tiveram maior quantidade de votos e maiores chances de coligações. Em São Paulo, de fato, é perceptível. Ao olharmos para os dados de lançamento de candidatos presentes na tabela 7, por exemplo, torna-se evidente que as pequenas legendas têm conquistado uma maior capacidade de organização para disputar os pleitos.

Tabela 7. Número de candidatos a vereador, por partido e por bloco ideológico (1996-2016)

| Bloco | Partido | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 | 2012 | 2016 |
|----------|---------|------|------|------|------|------|------|
| Esquerda | PT | 3545 | 4206 | 5813 | 5028 | 6499 | 2789 |
| | PSB | 1592 | 2762 | 3191 | 3452 | 3674 | 4111 |
| | PDT | 3956 | 4005 | 3342 | 3239 | 3447 | 2739 |
| | PCdoB | 228 | 351 | 716 | 951 | 2015 | 1337 |
| | PCB | 31 | 45 | 93 | 70 | 16 | 3 |
| | PSOL | - | - | - | 739 | 1074 | 938 |
| | PCO | 9 | 10 | 58 | 4 | 2 | 8 |
| | PPL | - | - | - | - | 367 | 334 |
| | PSTU | 125 | 103 | 194 | 51 | 52 | 40 |
| Centro | PSDB | 7269 | 7422 | 6345 | 6430 | 6979 | 6729 |
| | PMDB | 7350 | 7068 | 5175 | 5000 | 5491 | 5273 |
| | PV | 1425 | 2517 | 3310 | 3920 | 4894 | 4548 |
| | PPS | 1077 | 4897 | 4215 | 3533 | 3801 | 3567 |
| | Outros | - | - | - | - | - | 8366 |
| Direita | PTB | 4686 | 6031 | 4836 | 4736 | 4940 | 4818 |
| | PR | 3356 | 3753 | 4120 | 3002 | 3620 | 3694 |
| | DEM | 6610 | 6485 | 5183 | 4868 | 4005 | 4122 |
| | PP | 5544 | 4959 | 3083 | 3233 | 3520 | 2484 |
| | PSD | 2560 | 2034 | - | - | 3264 | 4431 |
| | PSC | 868 | 1014 | 1233 | 2084 | 2680 | 2413 |
| | PSDC | 693 | 650 | 1288 | 965 | 1169 | 1089 |
| | PHS | - | 635 | 1316 | 782 | 1375 | 1714 |
| | PRP | 2072 | 1600 | 1337 | 1041 | 1314 | 1862 |
| Outros | 5578 | 5836 | 3021 | 5975 | 8295 | 8637 | |

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE.

Diante dos dados apresentados, os resultados das eleições 2016 em São Paulo sugerem um quadro de consolidação das forças localizadas ao centro e à direita do espectro ideológico. Isso foi possível, em grande medida, por conta da capacidade de organização da competição por parte de grandes partidos, como PSDB e PMDB, garantindo por mais quatro anos o controle que possuem, historicamente, pelo território paulista. A crise vivida pelo PT e a guinada do PSB ao centro contribuíram para a queda significativa na representação e na capacidade eleitoral da esquerda. Dentre as pequenas legendas, destacaram-se PSOL (esquerda), Solidariedade (centro) e PRB e PSC (direita).

Tabela 8. Total de prefeitos e vereadores eleitos, por partido e bloco ideológico (2012-2016)

| Bloco | Partido | Vereadores | | Prefeitos | |
|----------|---------|------------|------|-----------|------|
| | | 2012 | 2016 | 2012 | 2016 |
| Esquerda | PT | 670 | 197 | 73 | 7 |
| | PSB | 389 | 454 | 28 | 46 |
| | PDT | 334 | 245 | 20 | 12 |
| | PSOL | 8 | 8 | 1 | 0 |
| | Outros | 85 | 49 | 1 | 1 |
| Centro | PSDB | 1086 | 1032 | 171 | 170 |
| | PMDB | 690 | 677 | 84 | 82 |
| | PV | 436 | 428 | 30 | 34 |
| | PPS | 422 | 385 | 27 | 33 |
| | Outros | - | 439 | - | 16 |
| Direita | PTB | 593 | 577 | 55 | 61 |
| | PR | 360 | 361 | 27 | 32 |
| | DEM | 524 | 529 | 45 | 54 |
| | PP | 330 | 265 | 27 | 11 |
| | PSD | 430 | 534 | 34 | 61 |
| | Outros | 586 | 787 | 20 | 25 |
| Total | | 6943 | 6967 | 645 | 645 |

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do TSE.

5. Considerações Finais

Ao colocarmos em perspectiva o espectro ideológico direita-esquerda é possível observarmos mudanças e continuidades importantes na dinâmica política.

Mais do que determinar o comportamento esperado dos partidos ou “engessar” suas ações, a atribuição de identidades ideológicas pode ser um recurso analítico que nos informa sobre os diferentes projetos políticos e tendências que são divulgados para o eleitorado.

Diante disso, as eleições de 2016 no estado de São Paulo seguiram competitivas, como já haviam diagnosticado Meneguello e Bizzaro Neto (2012). Os dados apontaram um cenário de declínio dos partidos de esquerda. Seu principal representante, o PT, reduziu significativamente a sua presença no estado, revertendo uma tendência de crescimento que ocorria desde o início dos anos 2000. Outra mudança importante no bloco da esquerda foi a expansão do PSB, no Executivo e no Legislativo – o que ocorreu graças às alianças do partido com agremiações de centro e de direita (caso da coligação com o PSDB em nível estadual, por exemplo). Outro fator que ajuda a explicar as transformações no bloco é a atual crise nacional vivida pelo PT que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e levou o partido a uma séria crise organizacional, que se refletiu no baixo desempenho obtido nas eleições municipais de São Paulo.

A crise política dos últimos anos parece ter afetado não apenas o PT, mas diversas legendas “grandes” se considerarmos o crescimento da fragmentação partidária e a emergência de novas forças políticas. Neste processo, destacam-se principalmente as pequenas e as novas legendas. Krause *et. al.* (2016) apontaram este quadro para o nível nacional. Este trabalho mostrou que a entrada de novos atores partidários também é uma realidade dos municípios paulistas.

Os partidos de centro, em especial PSDB e PMDB, continuaram dominantes. O PSDB, além de governar o estado há duas décadas, seguiu sendo o partido com o maior número de prefeituras e de cadeiras nas câmaras, consolidando sua hegemonia sobre o território paulista. Isso foi coroado, também, com a vitória do empresário João Dória na prefeitura da capital, pelo partido. Já o PMDB, ainda que venha diminuindo sua força ao longo dos pleitos, permaneceu como a segunda legenda mais forte. Novos partidos, como a REDE, o SD e o PROS, conseguiram se destacar nas eleições proporcionais.

Por fim, a direita ampliou sua presença nas câmaras municipais, voltando a predominar em patamares semelhantes ao do pleito de 2000. Partidos como DEM, PTB, PSD e PR seguem como os partidos mais significativos deste bloco, ao contrário do PP – que continuou perdendo terreno, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais. Dentre os pequenos partidos de direita, cabem destacar os crescimentos do PSC e do PRB, ligados a setores religiosos que vêm ganhando adesão no cenário político nacional.

De modo geral, os achados desta pesquisa nos levam a debater sobre as diferenças entre os desempenhos das agremiações, ao longo do *continuum* direita-esquerda. Foi comprovado que as diferenças quanto ao comportamento político existem e que elas ilustram diversas características das eleições. A dinâmica centro-periferia que atua sobre São Paulo bem como as diferenças socioeconômicas entre os municípios (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012) parecem nos fornecer elementos para compreender essas distinções. Assim, estabelecer as diferenças entre os padrões de votação dos partidos mais à esquerda ou mais à direita do espectro ideológico, à luz do contexto local, é uma estratégia analítica possível para futuras pesquisas. Este trabalho procurou elucidar alguns pontos acerca deste tema, como forma de contribuir para os estudos de política local no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix. (2014). Representação política local e clientelismo. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. (orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

ALMEIDA, Alberto Carlos. (2001). "À esquerda dos números, à direita dos fatos". *Insight Inteligência*, vol. 15, p. 113- 128.

AMARAL, Oswaldo; POWER, Timothy. (2016). "The PT at 35: Revisiting Scholarly Interpretations of the Brazilian Worker's Party". *Journal of Latin American Studies*, vol. 48, pp. 147-171.

ASSUMPÇÃO, Rayane. (2008). *Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional*

As eleições de 2016 no estado de São Paulo e o eixo direita-esquerda | Jean Lucas Macedo Fernandes | 114 - 147

e o capital político. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara.

BABIRESKI, Flávia. (2016). “Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos”. *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR*, v.3, n.6, pp. 1-16.

BAENINGER, Rosana. (2004). “Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*. Caxambu-MG, 20-24 de Setembro.

BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. (2013). *PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2014). “Os partidos e a política local: a reorganização do PMDB paulista depois de Quércia”. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. (orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

BOBBIO, Norberto. (1995). *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. São Paulo: Editora UNESP.

BOMTEMPO, D. C. “A espacialização da indústria de alimentos no estado de São Paulo”. (2015). In: SPOSITO, E. S. (org.). *O novo mapa da indústria no início do século XXI*. São Paulo: EdUnesp Digital.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

_____. (2008). “Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo”. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, pp. 454-485.

_____.; AMARAL, Oswaldo. (2013). “Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, pp. 33-43.

_____.; PIMENTEL JR., Jairo. (2013). “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012”. *Cadernos Adenauer XIV*, vol. 2, pp. 13-36.

CANO, Wilson. “A indústria de transformação: 1989-2003”. (2007). In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C. de (orgs.). *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980-2005*. São Paulo: Alínea.

CARREIRÃO, Yan de Souza. (2014). "O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, pp. 255-295.

CONVERSE, Philipp E. (1964). "The nature of belief systems in mass public". In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: Free Press.

CRUZ, Sebastião Velasco. (2015). Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G.. *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo.

_____; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.). (2015). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo.

DANTAS, Humberto. (2013). "Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras". *Cadernos Adenauer XIV*, n. 2, pp. 127-145.

DEDECCA, Edgar. *et al.* (orgs.). (2010). "Estado de São Paulo: regiões metropolitanas e polos regionais". *Coleção "Por Dentro do Estado de São Paulo"*, vol. 1. Campinas: NEPP/NEPO/IE.

FARIA, Vilmar. (1975). "As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-regionais". In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. São Paulo, Cebrap/Paz e Terra, pp. 205-242.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo. (2016). "Organização dos partidos em São Paulo: estrutura de filiados e órgãos partidários (1999-2015)". *mimeo*.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. (2008). "A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006)". *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, pp. 432-453.

FREIRE, Andre. (2002). "Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário". *Análise Social*, vol. 37, n. 162, pp. 121-149.

_____. (2004). "Identidades ideológicas e partidárias: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa". *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra.

FLEISCHER, David (org). (1988). *Da distensão à abertura: as eleições de 82*. Brasília: UnB.

GIDDENS, Anthony. (1995). *Para Além da Esquerda e da Direita: O futuro da política radical*. São Paulo: Editora UNESP.

IBOPE INTELIGÊNCIA. (2016). *46% dos brasileiros não tem preferência por nenhum partido*. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/46-dos-brasileiros-nao-tem-preferencia-por-nenhum-partido/>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

INSTITUTO DATAFOLHA. (2016). *PT tem mais poder e menos prestígio que PMDB e PSDB, dizem brasileiros*. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752322-pt-tem-mais-pode-e-menos-prestigio-que-pmdb-e-psdb-dizem-brasileiros.shtml>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

KERBAUY, Maria Teresa. (2000). *A Morte dos Coronéis: Política Interiorana e Poder Local*. Araraquara/São Paulo: FCL/Unesp/Cultura Acadêmica.

_____. (2016). “O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012”. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

_____.; ASSUMPÇÃO, Raiane. (2012). “Análisis Organizacional del Partido de la Democracia Social Brasileña em el Estado de San Pablo (1988-2006)”. *América Latina Hoy*, 62, pp. 79-101.

KINZO, Maria D’Alva. (1988). *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: IDESP, Vértice.

_____. (1993). “Radiografia do quadro partidário brasileiro”. *Pesquisas*, nº 1. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva; RIBEIRO, Pedro; MELO, Paulo Victor. (2016). “Fragmentação das eleições locais e o surgimento de novas forças políticas no Brasil”. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

LEAL, Victor Nunes. (2012 [1948]). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. “A ‘coerência’ ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009”. (2011). In: POWER, T.; ZUCCO JR. (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. (2000). *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.

MENEGUELLO, Rachel. (1989). *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____; BIZZARRO NETO, Fernando. (2012). “Contexto e Competição na Política Paulista”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, n. 1.

MIGUEL, Luis Felipe. (2010). “Os partidos brasileiros e o eixo ‘esquerda-direita’”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L.F. (orgs). *Coligações Partidárias Na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: EdUNESP.

NORRIS, Pippa. (2005). *Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market*. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. (2015). “Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro”. *Opinião Pública*, vol. 21, n. 3, pp. 574-600.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta. (2014). “Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996-2012)”. *Teoria e Pesquisa*, vol. 23, n. 2, pp. 41-63.

PERON, Isadora. (2016). “Para deputado, PSB precisa voltar à esquerda”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-deputado-partido-precisa-voltar-a-esquerda,10000086099>. Acessado em: 26 de maio de 2017.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. (2014). “Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 49, pp. 5-37.

ROCHA, Marta Mendes; KERBAUY, Maria Teresa (orgs). (2014). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

ROMA, Celso. (2002). “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 71-92.

SADEK, Maria Tereza. (1989). “A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo”. In: SADEK, M. T. (org.). *Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil*. São Paulo: IDESP/Vértice.

SANDES-FREITAS, Vitor Eduardo. (2015). *Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

SILVA, P. F. J. "Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo". (2015). In: SPOSITO, E. S. (org.). *O novo mapa da indústria no início do século XXI*. São Paulo: Editora da Unesp Digital.

SINGER, André. (2002). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e de 1994*. São Paulo: EdUSP.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. "A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos". (1988). In: FLEISCHER, D. (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 82*. Brasília: UnB.

_____.; TERRON, Sonia; ALKMIM, Antonio Carlos. (2016). "Quem manda: governador ou prefeito?" In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. (2013). "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 45, p. 149-165.

VASQUEZ, Vitor. (2016). *Ao vencedor, a prefeitura: competição em eleições municipais (1996-2012)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP.

WIESEHOMEIER, Nina; DOYLE, D. (2012). "Attitudes, Ideological Associations and the Left-Right Divide in Latin America". *Journal of Politics in Latin America*, vol.3, n.1, pp. 3-33.

ZUCCO JR., Cesar. (2011). "Esquerda, direita e governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros". In: POWER, T.; ZUCCO JR. (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Recebido em: 30/05/2017
Aprovado em: 06/09/2017